



REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer a convocação do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos sobre o crescente rombo das empresas estatais federais, a deterioração das contas públicas e as ações — ou omissões — da política econômica frente à escalada dos déficits, à fragilidade fiscal e ao risco iminente de colapso das despesas discricionárias do Orçamento da União.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda para prestar esclarecimentos sobre o crescente rombo das empresas estatais federais, a deterioração das contas públicas e as ações — ou omissões — da política econômica frente à escalada dos déficits, à fragilidade fiscal e ao risco iminente de colapso das despesas discricionárias do Orçamento da União.





JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados oficiais do Banco Central, apenas no primeiro quadrimestre de 2025, as empresas estatais federais acumularam déficit de R\$ 2,7 bilhões, um salto de 68% em relação ao mesmo período do ano anterior. Some-se a isso o rombo de R\$ 6,7 bilhões registrado em 2024, dez vezes superior ao resultado negativo de 2023¹. Trata-se de trajetória insustentável, fruto direto de política econômica leniente, permissiva, que fecha os olhos à má gestão, ao aparelhamento político e ao uso das estatais como instrumento de sustentação ideológica do governo — em flagrante afronta à responsabilidade fiscal, à boa governança e aos interesses do povo brasileiro.

Enquanto o governo tenta vender à sociedade a falsa narrativa de que tais déficits seriam decorrentes de supostos “*investimentos estratégicos*”, os fatos revelam realidade muito distinta: falta de transparência, loteamento de cargos, desperdício generalizado e uma perigosa dependência de dividendos das estatais superavitárias para maquiar o desequilíbrio fiscal da União. Não há plano de ajuste, não há reforma estrutural, não há contenção de despesas — há apenas a velha prática de empurrar a crise com a barriga, às custas do sacrifício dos contribuintes e da destruição da sustentabilidade das finanças públicas.

O país se aproxima de ponto crítico. O próprio Ministério do Planejamento já admite que as despesas discricionárias — aquelas que garantem o funcionamento básico da máquina pública — estarão completamente esgotadas até 2027, o que, na prática, significa a paralisação do Estado brasileiro. A pergunta que se impõe é simples, direta e urgente: o que está fazendo o Ministério

¹ <https://veja.abril.com.br/economia/estatais-acumulam-rombo-recorde-de-r-27-bilhoes-nos-primeiros-meses-de-2025/>





da Fazenda diante desse cenário? Quais são as medidas, se é que existem, para enfrentar essa escalada de descontrole e ineficiência? Ou será que a única estratégia do governo se resume a sugar dividendos das estatais lucrativas enquanto permite, de forma criminosa, que as deficitárias se afundem em prejuízos bilionários, sob as bênçãos da leniência fiscal e do populismo irresponsável?

Diante desse quadro de absoluta gravidade, não há alternativa responsável a este Parlamento senão exercer plenamente sua função fiscalizatória, convocando o Sr. Ministro Fernando Haddad para que, de forma pública e transparente, explique à sociedade brasileira os motivos pelos quais sua pasta se mantém omissa frente à maior deterioração fiscal dos últimos anos.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

